

ÍNDICE

Sobre o Autor	5
Abreviaturas	7

ABUSO DE AUTORIDADE – LEI N. 4.898, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

1. INTRODUÇÃO	17
2. DIREITO DE REPRESENTAÇÃO	21
3. APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL E PENAL.....	23
4. RESPONSABILIDADE PENAL	23
5. CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE (ART. 3º).....	25
6. CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE (ART. 4º).....	37
7. AUTORIDADE.....	53
8. OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA. CAUSA EXCLUDENTE DA CULPABILIDADE.....	55
9. ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL	56
10. SANÇÕES LEGAIS	56
11. PROCEDIMENTO	60
12. COMPETÊNCIA	64
13. PRESCRIÇÃO	68

CRIMES AMBIENTAIS – LEI N. 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS – CAPÍTULO I.....	70
2. DA APLICAÇÃO DA PENA – CAPÍTULO II	79
3. DA APREENSÃO DO PRODUTO E DO INSTRUMENTO DE IN- FRAÇÃO ADMINISTRATIVA OU DE CRIME – CAPÍTULO III ...	91

4. DA AÇÃO PENAL E DO PROCESSO PENAL – CAPÍTULO IV	93
5. DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE – CAPÍTULO V ..	99
6. INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA – CAPÍTULO VI – ARTS. 70 A 76.....	190
7. DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – CAPÍTULO VII – ARTS. 77 E 78	192
8. DISPOSIÇÕES FINAIS – CAPÍTULO VIII – ARTS. 79, 79-A, 80 E 82.....	192

CRIMES HEDIONDOS – LEI N. 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	195
2. CRIMES HEDIONDOS – CONCEITO	197
3. COMENTÁRIOS AO ART. 1º DA LEI – CRIMES CONSTANTES DO ROL LEGAL.....	200
4. COMENTÁRIOS AO ART. 2º DA LEI	217
5. COMENTÁRIOS AO ART. 3º DA LEI – ESTABELECIMENTO DE SEGURANÇA MÁXIMA.....	250
6. COMENTÁRIOS AO ART. 5º DA LEI – LIVRAMENTO CONDICIONAL	251
7. COMENTÁRIOS AO ART. 7º DA LEI – DELAÇÃO EFICAZ OU PREMIADA. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA	254
8. COMENTÁRIOS AO ART. 8º DA LEI – QUADRILHA OU BANDO..	258
9. COMENTÁRIOS AO ART. 9º DA LEI – CAUSA DE AUMENTO DA PENA	260
10. COMENTÁRIOS AO ART. 10 DA LEI.....	265

CRIME ORGANIZADO – LEI N. 9.034, DE 3 DE MAIO DE 1995

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	266
2. COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO I	266
3. COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO II	286
4. COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO III.....	292

5. LIBERDADE PROVISÓRIA	297
6. PRAZO PARA ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO	299
7. APELAÇÃO EM LIBERDADE	300
8. PROGRESSÃO DE REGIME	301
9. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	301

CRIMES DE TRÂNSITO – LEI N. 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	302
2. PROCEDIMENTO NOS CRIMES DE TRÂNSITO	302
3. CONCEITO DE VEÍCULO AUTOMOTOR.....	306
4. PERMISSÃO OU HABILITAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULO	306
5. SUSPENSÃO OU PROIBIÇÃO DA PERMISSÃO OU HABILITAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULO.....	307
6. MULTA REPARATÓRIA.....	313
7. AGRAVANTES GENÉRICAS	316
8. PRISÃO EM FLAGRANTE E FIANÇA	318
9. DOS CRIMES EM ESPÉCIE.....	319

ESTATUTO DO DESARMAMENTO – LEI N. 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

1. INTRODUÇÃO	368
2. ASPECTOS GERAIS DOS CRIMES PREVISTOS NO CAPÍTULO IV.....	369
3. POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO (ART. 12).....	386
4. OMISSÃO DE CAUTELA (ART. 13).....	395
5. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO (ART. 14)	403
6. DISPARO DE ARMA DE FOGO (ART. 15)	413
7. POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRIITO (ART. 16).....	424
8. FIGURAS EQUIPARADAS (ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO)	433

9. COMÉRCIO ILEGAL DE ARMA DE FOGO (ART. 17)	448
10. TRÁFICO INTERNACIONAL DE ARMA DE FOGO (ART. 18)..	459
11. CAUSAS DE AUMENTO DE PENA (ARTS. 19 E 20)	467
12. LIBERDADE PROVISÓRIA (ART. 21)	470
13. APREENSÃO DA ARMA DE FOGO, ACESSÓRIO OU MUNIÇÃO (ART. 25)	473
14. COMÉRCIO DE BRINQUEDOS, RÉPLICAS E SIMULACROS DE ARMAS DE FOGO (ART. 26).....	476
15. ARMAS DE FOGO SEM REGISTRO. DEVER LEGAL DE REGULARIZAÇÃO (ART. 30).....	476
16. ARMAS DE FOGO ADQUIRIDAS REGULARMENTE NOS TERMOS DA LEI N. 10.826/2003. ENTREGA À AUTORIDADE POLICIAL	477
17. POSSE DE ARMA DE FOGO E FACULDADE LEGAL DE ENTREGÁ-LA À AUTORIDADE COMPETENTE (ART. 32)	477
18. AUTORIZAÇÕES DE PORTE DE ARMAS DE FOGO CONCEDIDAS NOS TERMOS DA LEI N. 10.826/2003. EXPIRAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE	477
19. COMERCIALIZAÇÃO DE ARMA DE FOGO E MUNIÇÃO.....	478
20. REFERENDO POPULAR.....	478
21. REVOGAÇÃO DA LEI N. 9.437/97	479
22. VIGÊNCIA DA LEI N. 10.826/2003.....	479

INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA – LEI N. 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996

1. INTRODUÇÃO	481
2. OBJETO. CONCEITO	483
3. LEI N. 9.296/96 – ASPECTOS PROCESSUAIS	492
4. LEI N. 9.296/96 – ASPECTOS PENAIS.....	510
5. DAS PROVAS OBTIDAS POR MEIOS ILÍCITOS – ART. 5º, LVI, DA CF.....	514

JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS – LEI N. 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

1. INTRODUÇÃO	528
---------------------	-----

2. ÂMBITO DE INCIDÊNCIA	531
3. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	540
4. FASE PRELIMINAR E TRANSAÇÃO PENAL	543
5. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	553
6. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO	561
7. QUESTÕES FINAIS	572

LAVAGEM DE DINHEIRO – LEI N. 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	584
2. OBJETO JURÍDICO	587
3. OBJETO MATERIAL	588
4. TIPOS PENAIS	588
5. CAUSA DE AUMENTO DE PENA.....	592
6. DELAÇÃO PREMIADA	593
7. COMPETÊNCIA	593
8. CITAÇÃO. A QUESTÃO DO ART. 366 DO CPP.....	594
9. FIANÇA E LIBERDADE PROVISÓRIA	594
10. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS	595
11. AÇÃO CONTROLADA.....	597
12. EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	597
13. DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	597

SONEGAÇÃO FISCAL – LEI N. 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	599
2. DOS CRIMES – COMENTÁRIOS GERAIS.....	600
3. COMENTÁRIOS AOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 1º	622
4. COMENTÁRIOS AOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 2º	632
5. COMENTÁRIOS AOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 3º	636
6. CONCURSO DE CRIMES	640

TERRORISMO

1. TERRORISMO NO DIREITO INTERNACIONAL.....	641
2. TERRORISMO NO DIREITO PÁTRIO	644
3. OBJETIVIDADE JURÍDICA.....	646
4. SUJEITO ATIVO	648
5. SUJEITO PASSIVO.....	648
6. CAUSA DE AUMENTO DE PENA.....	648
7. COMPETÊNCIA.....	649
8. AÇÃO PENAL.....	649
9. IMPRESCRITIBILIDADE.....	649
10. TERRORISMO E LEI DOS CRIMES HEDIONDOS	649
11. ASILO. EXTRADIÇÃO	650

TORTURA – LEI N. 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	652
2. TORTURA. ASPECTOS PENAIS	654
3. CRIMES DE TORTURA.....	657
4. PROGRESSÃO DE REGIME	676
5. EFEITOS DA CONDENAÇÃO	677
6. GRAÇA E ANISTIA. FIANÇA	677
7. EXTRATERRITORIALIDADE	679
8. FEDERALIZAÇÃO DAS CAUSAS RELATIVAS A DIREITOS HU- MANOS. DO INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPE- TÊNCIA (EC N. 45/2004).....	680

DROGAS – LEI N. 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006

1. LEGISLAÇÃO ANTERIOR: LEIS N. 6.368/76 E 10.409/2002.....	682
2. PARTE PENAL – DOS CRIMES E DAS PENAS.....	683
3. DA INVESTIGAÇÃO E DO PROCEDIMENTO PENAL	753

4. DA APREENSÃO, ARRECADAÇÃO E DESTINAÇÃO DE BENS DO ACUSADO.....	763
5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	766
6. QUESTÕES DIVERSAS.....	774
Bibliografia	777